


**A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A SAÚDE DOS PROFESSORES: EVENTOS  
DIAMETRALMENTE OPOSTOS**

**THE PRIVATIZATION OF EDUCATION AND TEACHERS' HEALTH: DIAMETRALLY  
OPPOSITE EVENTS**

**LA PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN Y LA SALUD DOCENTE:  
ACONTECIMIENTOS DIAMETRALMENTE OPUESTOS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-085>

**Data de submissão:** 13/09/2025

**Data de publicação:** 13/10/2025

**Adriani Pereira**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)  
Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
E-mail: prof.adrianipereira@gmail.com

**Valdecir Soligo**

Doutor em Educação  
Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
E-mail: valdecir.soligo@unioeste.br

---

**RESUMO**

O presente estudo busca trazer informações para fomentar a discussão e reflexão sobre a educação em um ambiente neoliberal que, ao transformar a educação em mercadoria, abriu portas à privatização, que se apresenta em um crescimento acelerado e em contrapartida reduziu na mesma velocidade a saúde dos professores. A pesquisa foi de caráter qualitativo utilizando-se de análise bibliográfica e documental, com consulta aos sites de agências governamentais de notícias e de sindicatos, assim como sites de notícias fora da grande mídia que não se pautam apenas pelos interesses hegemônicos. A revisão teórica foi realizada com cunho exploratório em material bibliográfico científico ao buscar e identificar estudos já realizados sobre a temática escolhida. Por uma questão teórico-metodológica este artigo foi dividido em quatro partes. A primeira aborda a educação do contexto neoliberal, na sequência alude sobre a privatização da educação, a terceira apresenta as discussões sobre a saúde dos professores no contexto apresentado e quarta e última parte traz algumas sugestões para melhorar a saúde e bem-estar do professor. No final do artigo apresentamos as considerações finais.

**Palavras-chave:** Educação no Contexto Neoliberal. Privatização da Educação. Saúde e Bem Estar dos Professores.

**ABSTRACT**

This study aims to provide information to foster discussion and reflection on education in a neoliberal environment, which, by transforming education into a commodity, has opened the door to privatization. This privatization is experiencing accelerated growth, which, in turn, has rapidly reduced teacher health. The research is qualitative in nature, utilizing bibliographic and documentary analysis. Sources consulted included websites of governmental news agencies and unions, as well as news sites outside of the mainstream media that are not solely guided by hegemonic interests. The theoretical review was exploratory, examining scientific bibliographic material to locate and identify prior studies on the chosen topic. For theoretical and methodological reasons, this article is divided into four parts.

The first addresses education within the neoliberal context, followed by a discussion on the privatization of education. The third presents discussions regarding teacher health in the context described, and the fourth and final part offers suggestions to improve teacher health and well-being. The article concludes with the final remarks.

**Keywords:** Education in the Neoliberal Context. Privatization of Education. Teacher Health and Well-Being.

## **RESUMEN**

El presente estudio tiene como objetivo aportar información para fomentar la discusión y la reflexión sobre la educación en un entorno neoliberal, que, al transformar la educación en una mercancía, ha abierto las puertas a la privatización. Dicha privatización presenta un crecimiento acelerado que, a su vez, ha deteriorado a la misma velocidad la salud del profesorado. La investigación es de carácter cualitativo y se basa en el análisis bibliográfico y documental. Para ello, se consultaron los sitios web de agencias gubernamentales de noticias y de sindicatos, así como sitios de noticias fuera de los grandes medios de comunicación que no se rigen únicamente por intereses hegemónicos. La revisión teórica se llevó a cabo con un enfoque exploratorio en material bibliográfico científico para buscar e identificar estudios ya realizados sobre la temática elegida. Por una cuestión teórico-metodológica, este artículo se ha dividido en cuatro partes. La primera aborda la educación en el contexto neoliberal, la segunda alude a la privatización de la educación, la tercera presenta las discusiones sobre la salud de los profesores en el contexto expuesto y la cuarta y última parte ofrece algunas sugerencias para mejorar la salud y el bienestar del docente. Al final del artículo se presentan las consideraciones finales.

**Palabras clave:** Educación en el Contexto Neoliberal. Privatización de la Educación. Salud y Bienestar del Profesorado.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação pública tem sofrido inúmeros ataques ao longo do tempo. O sistema liberal e mais acirradamente o neoliberal questionam sua existência, até porque, a participação mínima do Estado é um de seus motes centrais e não caberia a este a responsabilidade da educação, que acabou se transformando em mais um produto onde o livre mercado, e somente ele, poderia trazer maior eficiência a um sistema tido como “falido”.

A ideia de que o privado é sempre melhor passou a ser propagado como um mantra, colocando em check os serviços públicos e entre eles a educação que passou a ser vista como uma mercadoria, onde a grande massa teve seu imaginário capturado por falas falaciosas sendo levada a se posicionar como um cliente que, distante do que é produzido, exige uma melhoria no produto que adquire. Inúmeros governos ao redor do mundo têm absorvido a ideal de economistas neoliberais e suas sugestões de como melhor utilizar a educação como meio para sustentar o sistema capitalista vigente.

Recorre-se ao pensamento de Boltanski e Chiapello (2007), que mencionam de forma clara que a máxima do capitalismo é justamente a obtenção de lucro. Está aqui a sua mola propulsora, o que rege a sua dinâmica e existência, essa conjectura primária é necessária para o entendimento do que será discorrido ao longo desse artigo.

Embalados por essa lógica de mercado Chubb e Moe (1988) admoestam que as escolas privadas têm maior probabilidade de serem bem-sucedidas, ou seja, mais eficazes, por estarem ancoradas em um controle do mercado onde seus atores, diante da livre concorrência, buscariam a excelência para se destacarem uma das outras, não subordinadas a um sistema hierárquico e político como as escolas públicas.

Essa visão distorcida por uma lógica de acumulação, como qualquer bem no mercado capitalista que atenta ao lucro, como já mencionado, acarreta tratamentos à educação como uma atividade econômica onde se descarta as implicações sociais, culturais e políticas envolvidas em sua gestão, centrando-se na competitividade. Esse nexos capitalista quanto às escolas, pretende dar um ressignificado a educação como se a alteração de tratamento fosse o suficiente para lhe garantir maior eficiência de seus resultados, ou seja, uma forma de resolver seus problemas. De acordo com as palavras de Laval (2019, p. 21), oferece “[...] um remédio que alimenta o mal que deveria curar.” Nesse mesmo mote, pode-se recorrer a Bauman (2010), ao chamar de capitalismo parasitário um sistema capitalista que progride por certo tempo, mas acaba prejudicando o seu próprio hospedeiro, levando a sua destruição e comprometendo sua sobrevivência.

O foco da educação foi redirecionado. Se antes o trabalho educativo era propiciar cidadãos críticos e com emancipação política, que pudessem contribuir para a mudança das realidades sociais

no qual estavam inseridos, agora o objetivo passou à transformação dos educandos em pessoas que respondam as exigências do mercado, de acordo com a lógica da competitividade econômica. Essa guinada é percebida em vários discursos de órgãos internacionais, cujas recomendações pautam os sistemas educativos ao redor do mundo.

De acordo com Freitas (2018), os neoliberais acreditam que a eficiência do sistema educacional seria alcançada quando este estivesse sendo controlado pelo meio empresarial em um ambiente de livre concorrência sem a interferência estatal. Isolada de seus vínculos sociais, a educação é tida como um ponto exclusivo da gestão e passa a ser tratado como tal, onde podem ser resgatadas de sua ineficiência.

Essa corrida à eficiência, transmutada do contexto empresarial, tem colocado os professores e diretores das escolas como responsáveis pelo alcance de metas que não dependem apenas de seus esforços ou dedicação. A pressão exercida beira a insanidade, já que variáveis sociais são deixadas de lado e o foco é desviado ao docente e sua atuação. Caso as metas não sejam alcançadas, já se tem a quem culpar, o professor não fez a sua parte. Chega ao ponto de o secretário de educação mencionar “não bateu a meta, tchau...” (Basilio, 2025). Essa narrativa alimenta ainda mais a visão desvalorativa que se cria em torno do real papel dos professores.

A partir do cenário exposto, o presente estudo busca fomentar a discussão sobre a educação em um ambiente neoliberal, especulativo e pavimentado à privatização em um crescimento acelerado, em contrapartida, reduz na mesma velocidade a saúde dos professores, que são vistos como uma peça simples de uma grande engrenagem.

Para se alcançar o objetivo proposto, a pesquisa foi de caráter qualitativo utilizando-se de análise bibliográfica e documental, com consulta à sites de agências governamentais e de sindicatos, assim como sites de notícias fora da grande mídia que não se pautam apenas pelos interesses hegemônicos. A revisão teórica foi realizada com cunho exploratório em material bibliográfico científico ao buscar e identificar estudos já realizados sobre a temática escolhida.

Por uma questão teórico-metodológica este artigo foi dividido em quatro partes. A primeira aborda a educação no contexto neoliberal, na sequência alude sobre a privatização da educação, a terceira apresenta as discussões sobre a saúde dos professores no contexto apresentado e quarta e última parte traz algumas sugestões para melhorar a saúde e bem-estar do professor. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas que consubstanciaram a construção do estudo.

## **2 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

O liberalismo econômico surgiu a partir de uma vontade de limitar os poderes do Estado. Trazia consigo a pauta nas liberdades individuais, da igualdade diante da lei, dos direitos individuais, da

proteção da propriedade privada e a criação de um livre comércio. Desta forma, o Estado teria uma participação mínima como garantidor dos direitos defendidos. Caberia então ao mercado regular e prover a sociedade, o que Adam Smith chamou de “a mão invisível” que seria o “agente” regulador da economia, onde a livre concorrência traria o equilíbrio necessário ao sistema.

Pautado nesse pensamento, um dos maiores expoentes do liberalismo moderno Milton Friedman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1976, desenvolveu suas teorias. Em sua obra *Capitalismo e Liberdade*, publicado pela primeira vez em 1962, Friedman (2002), sai em defesa de um modelo liberal para a economia, norteado pela liberdade política onde o poder econômico é separado do poder político, promovendo assim tanto a liberdade individual e a mínima intervenção governamental.

Nesse contexto de Estado Mínimo, a educação não é uma de suas prioridades, devendo estar sobre a égide da livre concorrência de mercado, o que acabaria, no pensamento liberal, aumentando sua eficiência e qualidade. Caberia então ao Estado somente a fiscalização, por meio da inclusão de um conteúdo mínimo a ser trabalhado por todos os estabelecimentos educacionais, rechaçando assim uma educação pública nos moldes que conhecemos, sendo limitada àqueles que não tivessem as condições mínimas de arcar com os custos da educação.

Para Friedman (1995), o sistema de educação pública se tornou ineficiente à medida que passou a ser mais centralizado, chamando-o de “feudo privado”. Como resultado aponta as altas taxas de abandono escolar, o aumento da violência, a desmoralização dos professores e o desempenho inferior dos alunos. Advoga que a melhoria do sistema educativo seria possível por meio da privatização do maior número possível de escolas, e que aquelas que permanecessem públicas seriam obrigadas a melhorar para poder reter, o que denomina de sua clientela.

Chubb e Moe (1988) comentam que muitos pais somente escolhem as escolas públicas por não terem outra opção, mesmo insatisfeitos com seus resultados e que isso geraria uma lacuna entre o que os pais e alunos querem e o que a escola pode oferecer, gerando conflito e desarmonia. A harmonia então, seria promovida pela autonomia escolar e velocidade das respostas dada pelo setor particular, justamente por serem mais livres poderiam fazer as adaptações necessárias. Já quanto as mudanças na escola pública, de acordo com os autores, as soluções dos atores políticos se dariam por meio de novos controles e novas políticas, na maioria das vezes, não resolvendo o problema.

Nesse contexto, Freitas (2018) comenta que os que advogam a favor da privatização das escolas públicas, reiteram que o sistema público de educação não deveria existir, mas se por alguma razão ainda permanecesse minimamente, seria apenas mais um competidor e que acabaria sendo levado à melhoria em decorrência da dinâmica da concorrência.

Partindo desse mesmo pressuposto, Laval (2019) alude que a educação passa por uma crise de identidade ao ser considerada, por essência, um bem privado e com valor econômico acima dos demais valores. Esse viés capitalista, dado ao trato às escolas, faz com que sejam vistas e tratadas como máquinas de produção de conhecimento, por mais que tenham absurdas diferenças.

Como a escola é cada vez mais vista como uma empresa, a gestão escolar está sendo empurrada a ter uma lógica de gerenciamento de respostas às mudanças de um mercado que muda em velocidade cada vez maior, devendo responder as imprevisibilidades mercadológicas direcionando o ensino ao “aprender a aprender”, onde os alunos, desde a mais tenra idade, são condicionados a se preparar, se adaptar e responder às exigências dessas mudanças.

Para enfrentar as crises do capital, nas décadas de 80 e 90, emerge o que foi denominado de neoliberalismo. Com uma pressão maior ainda para a presença de um Estado mínimo, houve uma ênfase à privatização de empresas ou instituições do setor público, promovendo uma economia de mercado favorável a liberdade de atuação de seus agentes econômicos, levando a uma diminuição dos gastos públicos, tornado o Estado mais “eficiente”. Nesse contexto, volta-se novamente o olhar para a educação que deveria estar também fundamentada na lógica do mercado.

Partindo desse pressuposto, Freitas (2018) reforça esse pensamento ao comentar que a eficiência do sistema educacional seria alcançada quando este estivesse sendo controlado pelo meio empresarial em um ambiente de livre concorrência sem a interferência estatal. Isolada de seus vínculos sociais, a educação é tida como um ponto exclusivo da gestão e passa a ser tratada como tal, onde pode ser resgatada de sua inocuidade.

Diante de uma concepção utilitarista, os alunos são vistos como capital humano, sendo o que importa nessa educação são conteúdos que respondam a essas demandas de mercado e, como não importantes, aqueles que não estão facilmente ligados a essas respostas que o mercado espera. Percebe-se nesse viés as alterações de diminuição da carga horária de disciplinas que não são tidas como necessárias nesse processo, como filosofia, sociologia, artes etc., pois um cidadão crítico, que se percebe enquanto agente social e reconhece seu papel na sociedade, não é de interesse desse sistema. O que se espera, são indivíduos que estejam aptos a gerir suas emoções, que possam adiar as recompensas esperadas e serem resilientes às dificuldades que o próprio sistema gera.

O modelo educacional atual, sob a égide do capitalismo neoliberal, serve para reforçar a competitividade desenfreada entre os indivíduos, intensificando contradições que são naturalizadas no cotidiano. A educação, ao se submeter às exigências do mercado, não apenas reproduz desigualdades sociais, mas também limita as possibilidades de transformação social.

Como mencionado, nesse contexto neoliberal de um Estado mínimo, a educação não pertence

ao arcabouço de suas prioridades, o que leva a todo um movimento de desprender sua centralidade do Estado, criando condições para aumento das várias formas de privatização da educação, como será visto no próximo tópico.

### **3 O AUMENTO DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO**

Como a legislação brasileira vigente<sup>1</sup> não permite a transferência ampla da gestão da educação pública ao setor privado, os Estados têm recorrido às Parcerias Públicos Privadas - PPP. A lei das PPPs<sup>2</sup> não trata diretamente da área da educação, mas vem sendo aplicada em projetos voltados para infraestrutura escolar que necessitem de investimento privado e tenham um enquadramento como concessão patrocinada ou administrativa, o que não deixa de ser na prática uma transferência ao setor privado.

Sobre o conceito do que vem a ser entendido como parceria, que se pressupõe uma relação de colaboração entre os entes envolvidos, Adrião (2018, p. 9), nos remete a realidade de que esse termo ganha corpo ao ser utilizado na questão público-privada, como uma forma de acobertar os processos de subordinação do setor público ao setor privado que visa o lucro.

Esse é mais um ponto que vale a reflexão, o setor privado, mediado pelo sistema capitalista, não se envolve em qualquer projeto que seja, incluindo os da educação, se não for para obtenção de alguma vantagem financeira, seja direta ou indiretamente proporcionado pelo contrato estabelecido com o Estado, independentemente de sua esfera (nacional, estadual ou municipal). Como a educação passou a ser vista como mercantilizada, o setor privado viu uma possibilidade de aumento de seus ganhos participando de forma acirrada desse setor, que passou a ser amplamente disputado nas últimas décadas por meio de serviços voltados a infraestrutura, manutenção e gestão escolar, prometendo, de acordo com os promotores desta visão, uma eficiência que somente o setor privado poderia proporcionar.

Com este pensamento, são abordados nesse artigo projetos de PPPs nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, trazendo os principais pontos de cada parceria consubstanciando nossa reflexão sobre os avanços do desmonte do papel da educação, que partem do discurso hegemônico da melhoria da infraestrutura e da eficiência.

---

<sup>1</sup> A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), regulamenta o sistema educacional público ou privado do Brasil desde a educação básica até o ensino superior. A LDB reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, estabelecendo os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

<sup>2</sup> Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.



Em Minas Gerais foi implementado o Projeto Somar, voltado para a gestão administrativa e a construção de unidades socioeducativas. O projeto foi iniciado em 2021 com em 3 escola piloto, e tinha o intuito de passar para 80. Visava a gestão compartilhada em escolas públicas estaduais transferindo a gestão pedagógica e administrativa para uma Organização da Sociedade Civil (OSCs), enquanto o Estado manteria as diretrizes e supervisão. O projeto não tomou corpo, até o momento desse estudo, devido a suspensão do projeto pelo Tribunal de Contas do Estado. (SINDUTE, 2025).

Em São Paulo, há o Projeto Novas Escolas, com vistas a construção de 33 escolas para atender ao ensino fundamental e ensino médio, com contrato para 25 anos, para atender 35 mil estudantes. De acordo com as informações encontradas na página oficial do Estado de São Paulo sobre o projeto, os investimentos seriam na ordem de R\$ 2,1 bilhões. O projeto tem como objetivo “melhorar e modernizar a infraestrutura das escolas da rede estadual.” Em seu escopo estão a construção, adequação e manutenção predial, como ressaltam, não abrangendo as questões pedagógicas (São Paulo, 2025, n.p.).

No Paraná foi lançado em 2023 o Projeto Parceiro da Escola inicialmente como um projeto piloto em duas escolas para a transferência da gestão administrativa das escolas estaduais para empresas especializadas em gerenciamento de instituições de ensino, vindo a ser ampliado em 2024 conforme detalhamento a seguir. Este projeto terá maior atenção deste estudo.

Com esta visão anuviada de eficiência na educação, em 2024 o governo paranaense teve aprovação da Lei nº 22.006 na Assembleia Legislativa do Paraná (Paraná, 2024), para a criação de uma PPP voltada à gestão das escolas nas instituições da rede estadual de ensino de educação básica do Paraná com o nome de Programa Parceiro da Escola. Foram selecionadas 204 escolas para fazerem parte do programa tendo como base os indicadores de desempenho escolar. Destas, 82 estão sob o regime do programa após a realização de um processo de votação para que a comunidade escolar pudesse escolher entrar ou não no programa.

O que não se divulga é como esse processo de votação se deu. Como por exemplo, permissão para votação de alunos apenas com 18 anos ou mais, mesmo que no processo eleitoral brasileiro haja a permissão para votação a partir dos 16 anos, ou seja, uma grande parte do alunado não participou desse pleito “democrático”. Sem contar que em alguns casos, como em uma escola na cidade de Londrina, os professores foram impedidos de participar de reuniões convocadas pela Secretaria Estadual de Educação – SEED, para a apresentação do programa, como pode ser visto no Portal Verdade (2024).

No entanto, o que a Agência de Notícias do Estado divulga é que o Programa Parceiro da Escola foi considerado inovador pelo atual governo, tendo como objetivo principal a implementação de



“melhorias” nas escolas estaduais do Estado do Paraná pela contratação de empresas reconhecidamente especializadas na gestão de instituições de ensino. As empresas contratadas terão como responsabilidade além da gestão da escola, a infraestrutura, merenda, uniforme e contratação de funcionários assim como os recursos materiais (Paraná, 2024).

De acordo com o governo paranaense o programa tem como intuito “garantir a prestação de serviços públicos educacionais com mais eficiência e eficácia por meio dessa parceria”. Tem como um dos seus objetivos estratégicos a “melhoria do IDEB (SAEB) e SAEP do estado do Paraná – tendo como meta da Educação Pública do Paraná, a busca do melhor e maior índice do País, possibilitando assim, o aumento da qualidade de ensino Público [...]” e a “valorização dos docentes”. (Paraná, 2024, n.p.)

Vale ainda trazer à baila a questão da Plataformização do ensino nos três Estados, como pode ser verificado no estudo de Vieira e Ferraro (2025). As autoras apresentam as plataformas utilizadas, separadas por Estado e as características de cada uma delas. Percebe-se plataformas criadas pelos próprios agentes estatais e tantas outras licenciadas da iniciativa privada para uso das e nas escolas.

As autoras que asseveram, a partir de seus estudos, que

Embora prometam engajamento e eficiência para a construção do conhecimento, as plataformas frequentemente fragmentam a experiência de aprendizagem, ao subdividir as disciplinas em pequenos pacotes de atividades e conteúdos a serem apreendidos e avaliados separadamente, sem oferecer espaço para debates e reflexões entre alunos e professores que favoreçam a integração dos conteúdos de outras disciplinas e mobilizem a aprendizagem para uma reflexão crítica e a resolução de problemas sociais (Vieira e Ferraro, 2025, p. 7).

A máxima do discurso de eficiência que targevisa as questões da plataformização do ensino, é no mínimo posta em suspensão quando se compara os resultados apresentados com o alto custo de sua implantação. Não há comprovação dos benefícios na aprendizagem, falta transparência e apresentam um controle excessivo sobre os docentes e a gestão escolar pela imposição de metas e a vigilância de uso, comprometendo a autonomia docente aumentando a burocracia. (APP-Sindicato, 2025c; EI, 2025).

O que aqui se apresentou está muito distante da educação vista como aspecto primordial e não apenas uma adaptação do indivíduo ao sistema, como entende Saviani (1996, p. 37), que vê a educação como uma prática social que visa a emancipação dos indivíduos, especialmente das camadas populares com o objetivo de tornar “o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens”.

Essa tentativa de transmutação da educação para uma mercadoria que pode ser negociada no mercado como tantas outras, está cada vez mais comprometendo a saúde dos professores, que desvinculados de seu papel transformacional, se veem coagidos a alcançar metas que se concentram no resultado em si e não no processo tão complexo que o acompanha.

#### **4 A SAÚDE DOS PROFESSORES EM DECLÍNEO**

De acordo com Guarany (2012, p. 28)

O docente passa a experimentar a dualidade do trabalho desenvolvido dentro da lógica mercantilista, na qual o trabalho deixa de ser uma práxis produtiva capaz de desenvolver o homem e a realizar seu potencial humano e passa a desenvolver seu trabalho como se produzisse uma mercadoria e submetido ao controle, à mecanização e às metas de produtividade que em nada lembra um trabalho realizador!

O Estado, ao implementar políticas educacionais que priorizam a competitividade, atua como um agente de reprodução do capital. O professor está imerso nesse ambiente dinâmico e multifacetado, que exige não apenas competência pedagógica, mas também resiliência emocional e adaptabilidade contínua. Esse discurso da resiliência, como se fosse uma prerrogativa única e exclusiva do professor, tem sido usado para exigir uma superação às dificuldades encontradas pelos docentes em um ambiente que tem se tornado cada vez mais tóxico, em certa medida decorrentes da crescente complexidade das demandas educacionais, aliada a fatores socioeconômicos e estruturais, em outra advindas da própria política educacional vigente que tem exposto os professores a níveis significativos de estresse, esgotamento, depressão e outras doenças mentais.

A saúde mental do professor, que antes era um tópico secundário nas discussões educacionais, agora é um imperativo científico e social que está inextricavelmente ligado à qualidade do processo de ensino-aprendizagem e que afeta também o bem-estar geral de seus alunos. Os professores têm adoecido e alguns morrido em decorrência de inúmeros fatores. A discussão sobre a saúde dos docentes urge não somente uma reflexão, mas uma necessidade de atuação peremptória conjunta para que essa realidade torpe seja alterada.

Apresentamos alguns estudos sobre a saúde dos professores e notícias sobre a morte de docentes no Estado do Paraná e em São Paulo, dois Estados que tem muito em comum no que diz respeito ao tratamento da educação, visto que o atual secretário de educação dos paulistanos foi o mesmo dos paranaenses, e o responsável por implantar mais acirradamente as parcerias público-privadas na educação dos dois Estados, assim como a plataformização.

Sobre os estudos em relação ao declínio da saúde dos professores, Nascimento et al. (2020)

realizaram uma pesquisa de revisão bibliográfica, a partir da seleção de 25 estudos, destes apenas um compreendia docentes da escola pública e particular, sendo a grande maioria, 24, realizados com docentes apenas de escolas públicas. Entre os sintomas mais relatados estão: depressão, ansiedade, estresse e nervosismo, angústia, sentimentos de inutilidade, solidão e incompetência, síndrome de burnout e ideação suicida. Tendo como fatores associados ao adoecimento, comuns aos estudos, as condições de trabalho precárias, o excesso de atribuições fora da sala de aula, a falta de autonomia, o desrespeito e falta de disciplina dos alunos, a falta de reconhecimento social e número de alunos por turma.

Já Silva et. al. (2025) fizeram uma pesquisa aplicada em 249 professores. Os resultados demonstraram que entre os desafios enfrentados pelos docentes estão a baixa valorização pela sociedade, esgotamento emocional, elevado estresse e uma grande sobrecarga de trabalho. Sem contar que mais de um terço dos entrevistados faziam uso de medicação, indicando possíveis processos de adoecimento relacionados às condições de trabalho. O estudo ainda destaca a precarização do trabalho docente, incluindo baixos salários, múltiplas jornadas e falta de reconhecimento, que impactam negativamente na saúde física e mental dos professores. Apesar disso, muitos ainda demonstram comprometimento e identificação com a profissão.

Ribas et. al. (2025), também fizeram uma revisão bibliográfica com artigos, que utilizassem de abordagens quantitativas, publicados entre 2019 e 2024 objetivando identificar as principais causas do adoecimento de professores no ensino básico brasileiro. Após a seleção, os pesquisadores selecionaram quatro artigos. O estudo evidenciou que a maioria são mulheres acima dos 43 anos, com carga horária superior a vinte horas semanais, com mais de 9 anos de docência e trabalham predominantemente na rede pública. Vale ressaltar que este estudo não compreende nenhum dos autores da revisão bibliográfica citada anteriormente.

Identificou-se, neste estudo, a prevalência de TMC – Transtornos Mentais Comuns, como depressão e ansiedade, assim como o esgotamento mental, estresse profissional e comprometendo a qualidade de vida, fora do ambiente de trabalho. Entre os fatores relacionados ao adoecimento estão presentes a pouca valorização da profissão, insatisfação com a carreira docente e ambiente estressante. Em um contraponto, assim como no estudo anterior, os professores apresentaram, em sua maioria, motivação e orgulho em exercer a profissão docente.

Traz-se para essa discussão uma pesquisa solicitada pela APP-Sindicato e realizada pelo Instituto Pesquisa Opinião – IPO, com docentes do Paraná em 2023, tendo como foco o uso de plataformas digitais com 300 entrevistas. O resultado foi que quase a totalidade dos(as) educadores(as), 91,3%, se declaram sobrecarregados(as) com a avalanche de novas plataformas, aplicativos e meios

tecnológicos somados à cobrança pelo cumprimento de metas. Já 74,3% reconhecem impactos negativos do modelo na sua saúde física e/ou mental, enquanto uma parcela maior (78,3%) afirma ter colegas que adoeceram em decorrência das dificuldades impostas pelas novas tecnologias (APP-Sindicato, 2023).

A mesma pesquisa levantou que mais de 40% dos entrevistados se sentiram assediados tendo reconhecido abusos de autoridade na pressão para a utilização das plataformas e por cumprimento de metas de uso, chegando a 95%. Vale ressaltar que 90% concordam que o uso das plataformas deveria ser opcional e não de cunho obrigatório, servindo de apoio pedagógico e não ocupar o centro das atenções seja dos discentes como dos docentes.

Ainda há o registro da falta de humanidade para com um docente que teve que fez o curso de formação para professores, em maio deste ano, de um leito hospitalar porque a Secretaria de Estado da Educação - SEED, do Estado do Paraná não aceitava atestados médicos, até então, exigindo a frequência de 100% e por ser o único curso aceito para progressão de carreira e distribuição de aulas (APP-Sindicato, 2025a). Após denúncias do sindicato e pressão social, essa situação foi alterada, e a SEED reduziu a frequência para 75% passando a aceitar justificativas por atestado médico (APP-SINDICATO, 2025d).

Gonçalves (2023) conduziu em um estudo sobre a síndrome de burnout, com participação na pesquisa de 379 professores de diferentes estados, com prevalência para Minas Gerais (67,51%) e São Paulo (25,09%), onde a grande maioria (87,41%) atuava em escolas públicas. Sendo que 43,58% dos participantes apresentaram burnout relacionado ao trabalho, apresentando quadro de exaustão emocional e frustração, relacionados a rotina de trabalho.

A APP-Sindicato (2025b) traz dados alarmantes quanto à saúde dos professores. O sindicato teve acesso ao levantamento juntos à Secretaria de Estado da Administração (Seap), que indicou que em 2024 mais de 10 mil professores da rede estadual tiveram que se afastar de seus trabalhos para tratamento de problemas ligados à saúde. Desses, quase 9 mil docentes do Quadro Próprio do Magistério foram afastados para tratamento de saúde mental, representando 23,5% do quadro efetivo. Sendo que estão fora desses dados os professores com contratação temporária, que não acessam o Serviço de Assistência à Saúde (SAS), concessão dada apenas aos concursados.

Ainda há dois casos extremos, em menos de uma semana em que duas professoras de língua portuguesa morreram dentro de escolas no Paraná. Uma professora morreu de infarto no dia 30 de maio de 2025 em uma escola cívico-militar após ser chamada na sala da equipe pedagógica. Outra professora morreu no dia 05 de junho de 2025, após passar mal em sala de aula de uma escola que teve a gestão transferida para uma empresa privada por meio de uma parceria público-privada do Programa

Parceiro da Escola. Antes disso, em 2020, já havia um caso de morte dentro das dependências de uma escola. Uma docente de história morreu de infarto durante uma reunião para discutir a redistribuição de aulas impostas pela SEED. (Giovanaz, 2020)

E, infelizmente, as mortes não foram registradas apenas no Paraná. Em 17 de março de 2025 uma professora, também de língua portuguesa, morreu de infarto em uma escola estadual de Diadema, São Paulo, durante uma reunião pedagógica onde questionava as cobranças excessivas aos profissionais de educação. (WSWS, 2025)

Ribas et al. (2025) destacam em seu artigo a preocupação cada vez maior com a saúde mental dos professores. Os autores apresentam fatores associados ao adoecimento docente que incluem a precarização das condições de trabalho, a infraestrutura inadequada, salas de aula superlotadas, cobranças excessivas e baixos salários.

Nascimento et al. (2020) e Silva et al. (2023) apontam ainda a sobrecarga de trabalho, com muitas horas dedicadas a tarefas fora da sala de aula e a necessidade de múltiplos empregos acabam levando ao esgotamento físico e mental. Os autores comentam que o sentimento de desvalorização social da profissão e problemas no comportamento dos alunos acabam contribuindo de forma significativa para o sofrimento dos professores e ainda há os tipos de violência, tanto física quanto psicológica, a que são expostos no ambiente escolar.

São diversos os campos científicos que têm revelado de forma progressiva a intrincada relação entre o bem-estar psicológico do professor e seu desempenho profissional, tais como a psicologia educacional, a neurociência e a saúde ocupacional. Os resultados têm demonstrado que altos níveis de estresse, síndrome de burnout e transtornos de humor impactam diretamente a capacidade de inovação de professores, assim como o engajamento e gestão da sala de aula (Miljenovic, 2022; Sousa et al., 2024).

Ferrari et al., (2001) ressaltam que a liberação contínua de cortisol em situações estressantes e prolongadas pode prejudicar funções cognitivas como memória, atenção e tomada de decisão, todas essenciais para uma prática pedagógica eficaz. Além disso, a saúde mental comprometida pode resultar na diminuição da plasticidade neural e da reserva cognitiva, tornando mais difícil para os professores se adaptarem a novos métodos de ensino e desafios.

Uma variedade de mecanismos complexos e interdependentes mediam a interface entre a saúde mental do professor e o desenvolvimento do aluno. Isso pode ser visto como um efeito cascata na sala de aula, pois o professor com saúde mental comprometida tem a tendência de apresentar maior dificuldade em estabelecer vínculos afetivos com os alunos apresentando uma menor paciência para lidar com comportamentos desafiadores e uma predisposição a respostas menos empáticas. Essa

dinâmica pode gerar um ambiente de sala de aula menos acolhedor e seguro, impactando negativamente o clima escolar (Campos; Viegas, 2021).

É importante destacar que o modelo socioemocional dos professores tem impacto sobre os estudantes. Um docente que demonstra habilidades de regulação emocional, resiliência e empatia pode ser um exemplo positivo aos alunos. O inverso também é verdadeiro, professores que demonstram sinais de estresse, irritação ou desesperança, sem querer, podem transmitir essas emoções, criando um ambiente que dificulta o desenvolvimento de competências socioemocionais dos alunos, como colaboração, comunicação e resolução de problemas (Costa et al., 2024).

Nwolo et al., (2023) apontam para os benefícios de se priorizar o bem-estar ocupacional dos professores, ressaltando que um local de trabalho bom tem a potencialidade de facilitar o bem-estar ocupacional e servir como apoio tanto para o engajamento quanto para a aprendizagem dos alunos.

Já Zakaria, Don e Yaakob (2001, p. 641) asseveram que

Um ambiente de trabalho harmonioso e um relacionamento saudável são vitais para garantir a alta qualidade do trabalho dos professores. Problemas no ambiente de trabalho podem levar abaixo desempenho, insatisfação profissional, perda de felicidade, estresse e muitos outros problemas de saúde mental. O bem-estar dos professores é amplamente influenciado por condições confortáveis, saudáveis e felizes.

No que tange a gestão da educação, deve-se ir além ao olhar para o professor não se limitando apenas à sala de aula. A importância que se dá para o aspecto humano irá refletir diretamente no alcance dos objetivos, os resultados serão uma consequência, não um fim isolado em si mesmo. Como já mencionado, os professores vêm apresentando inúmeros sinais de que estão com seu bem-estar e saúde sendo afetados negativamente. Como ser humano que desenvolve um conjunto de tarefas complexas o professor carrega consigo os resultados de suas interações no ambiente escolar.

Temos diante de nós uma questão de suma importância, o que pode ser feito a curto prazo para que se crie um ambiente favorável para o professor poder desempenhar suas tarefas de forma saudável e digna? Antes de responder a essa pergunta temos que compreender que entre o ideal e o real há um abismo que os separa. Não dá para esperar que se encontre uma solução entre a retomada pelo Estado de suas responsabilidades junto à educação, para só depois se fazer alguma coisa para melhorar a saúde e o bem-estar dos professores. Infelizmente a privatização da educação por meio das PPPs é uma realidade que esperamos seja revista, mas em decorrência de sua expansão, e até que algo seja transformado, temos e podemos criar condições para que os professores tenham uma melhor qualidade de vida no trabalho.

## **5 O QUE PODE SER FEITO PARA MELHORAR A SAÚDE E O BEM-ESTAR DOS PROFESSORES?**

Uma das possibilidades, dentro do contexto da gestão, incluindo a gestão educacional, é olhar para as pessoas em um cenário dado pelo comportamento organizacional, que segundo Limongi França (2006, p. 3), é conceituado como “[...] o estudo do conjunto de ações, atitudes e expectativas humanas dentro do ambiente de trabalho.” Abrange questões psicológicas, sociais, biológicas e organizacionais em três níveis: o pessoal, grupal e o institucional. A autora ainda traz a necessidade de se olhar para a pessoa no trabalho com uma “visão biopsicossocial dá suporte a uma atitude ética nas exigências da condição humana. A atitude ética deve ocorrer desde a identificação, neutralização até o controle dos riscos ocupacionais no ambiente físico”. (Limongi França, 2006, p. 7).

Uma das questões que devem ser gerenciadas nessa conjunção é o estresse, definido por Wagner III e Hollenbeck (2002, p.121), como “um estado emocional desagradável que ocorre quando as pessoas estão inseguras de sua capacidade para enfrentar um desafio percebido em relação a um valor importante.” E para Bowditch e Buono (2002, p. 248), o estresse é “um estado psicológico que se desenvolve quando um indivíduo é confrontado com situações que esgotam ou superam os recursos internos e externos que ele percebe” desencadeado por fatores estressantes no ambiente de trabalho. Essa questão torna-se relevante diante dos resultados das pesquisas apresentadas, utilizadas neste estudo, que apontam o estresse como um fator recorrente entre os professores.

Wagner III e Hollenbeck (2002) apresentam em sua obra a teoria da Síndrome da adaptação geral, desenvolvida pelo médico e pesquisador Hans Selye que explica a relação do estresse e os sintomas fisiológicos do indivíduo. De acordo com o pesquisador, o corpo reage ao estresse crônico em três fases: a) alarme: quando a ameaça (física ou psicológica) é identificada, há a reação fisiológica como a elevação da pressão sanguínea, doenças cardíacas, enxaqueca, insônia e dificuldade psicológicas, como ansiedade, depressão e medo; b) resistência: a pessoa apresenta uma certa elasticidade, como se fosse uma adaptação ao estresse e os sintomas iniciais desaparecem, mesmo que as causas ainda estejam em ação; c) esgotamento: a pessoa já não se adapta ao estresse recorrente reaparecendo sintomas fisiológicos e psicológicos da fase de alarme e se o estresse continua, as pessoas podem sofrer estafa e exaustão que podem culminar em grave dano físico, doença cardíaca inclusive morte por infarto. Vale lembrar as mortes das professoras mencionadas anteriormente, o que demonstra que não é um exagero, mas uma triste realidade.

Bowditch e Buono (2002) sugerem algumas ações para diminuir o estresse, tais como a mudança do ambiente de trabalho, mudar a avaliação que o indivíduo tem do ambiente, mudar as atividades e comportamentos que possam de alguma forma alterar o ambiente assim como mudar as



políticas organizacionais e a criação de redes de apoio.

Vale o destaque sobre as políticas organizacionais pois são elas que orientam, por meio de normas, regras e regulamentos, o comportamento das pessoas no contexto organizacional e a tomada de decisão, assim como determinam como os objetivos estratégicos serão alcançados e como serão impostas e acompanhadas as metas traçadas.

Outra questão que pode ser trabalhada para melhorar o bem-estar do professor é a qualidade de vida no trabalho (QVT). Bowditch e Buono (2002, p. 206) comentam que a QVT tem preocupação com “os efeitos do emprego na saúde e no bem-estar geral dos trabalhadores, e com as maneiras de melhorar a experiência de uma pessoa no trabalho.”

Para Davis e Newstrom (1992, p. 148),

A QVT produz um ambiente de trabalho mais humanizado. Seu objetivo é servir tanto as aspirações mais altas dos trabalhadores quanto às suas necessidades mais básicas. Ela procura aproveitar as habilidades mais refinadas dos trabalhadores e proporcionar um ambiente que os encoraje a desenvolver suas capacidades.

Sugere-se a implantação de um programa de QVT que compreenda as oito dimensões de Richard Walton, trazidas por Bowditch e Buono (2002), que são: 1) compensação justa e adequada; 2) condições de trabalho seguras e salutaras; 3) oportunidades imediatas de utilizar e desenvolver a capacidade humana; 4) oportunidades para continuidade de crescimento e desenvolvimento; 5) integração social na organização de trabalho; 6) constitucionalismo na organização do trabalho; 7) espaço do trabalho dentro da vida como um todo e 8) relevância social da vida no trabalho.

Desta forma, foram apresentadas e sugeridas algumas alternativas de intervenção para que haja uma melhoria significativa na saúde e bem-estar dos professores no ambiente escolar. Porém, faz-se necessário um esforço dos entes públicos e privados que reconheçam a urgência da necessidade de mudanças, no intuito de interromper um ciclo danoso à vida do docente, principalmente com relação as políticas empregadas para a cobrança de resultados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelo que foi elencado até aqui, percebe-se que se tem uma realidade de eventos diametralmente opostas. Enquanto crescem as privatizações da educação, se diminui a saúde e bem-estar dos professores. Esperamos que este trabalho possa contribuir para uma maior compreensão de como as PPPs estão sendo implementadas, onde cada vez mais a educação passou a ser vista como um produto a ser consumido e não como um direito, e como essa mudança vem impactando negativamente a qualidade de vida dos professores.

A educação, ao se submeter às exigências do mercado, acaba por reproduzir desigualdades sociais. A falta de acesso a uma educação pública de qualidade perpetua a exclusão de grupos marginalizados, que não conseguem competir em um mercado de trabalho cada vez mais exigente. É fundamental que se reavalie o papel da educação na sociedade, buscando uma abordagem que priorize a formação crítica e a inclusão, em vez de simplesmente atender às demandas do capital.

Apesar do cenário desafiador, a paixão pela docência e o compromisso com a educação persistem entre os professores. Isso sugere que, com o apoio adequado, é possível reverter o quadro de adoecimento. Para promover o bem-estar e a saúde dos professores, é fundamental que haja a valorização profissional por meio de salários dignos e condições de trabalho adequadas com reconhecimento tanto institucional quanto social. Um ambiente escolar saudável é imprescindível, com oferta de suporte para lidar com o estresse e ansiedade assim com outras manifestações de sofrimento mental. Portanto, urge a criação e promoção de um clima de respeito e colaboração, segurança e participação de toda a comunidade escolar, incluindo uma rede para resolução de conflitos.

A qualidade da educação de um país está intrinsecamente ligada à saúde e ao bem-estar de seus professores. Investir nos educadores é investir no futuro da sociedade. Ignorar a saúde dos professores é comprometer o desenvolvimento das novas gerações e perpetuar um ciclo de precarização na educação. Porém, o trabalho docente vem sendo deixado às minguas, nota-se pela crescente desvalorização e pressões desumanas por resultados apresentados nesse estudo.

A luta em defesa da escola pública, de qualidade e gratuita perpassa pela valorização dos professores, condições de trabalho dignas, salários justos, maior autonomia, formação continuada humanizada e que não fira a dignidade humana, assim como a estabilidade no emprego que vem sendo ameaçada pelas novas regras que estão sendo institucionalizadas.

Essa luta não deveria ser apenas de uma classe, mas de toda a sociedade, mas para que chegue a esse patamar, de luta coletiva e forte, os reais motivos dos projetos de privatização e como eles são tramitados, assim como suas implicações, devem ser amplamente divulgados. Não é algo simples ir contra um consenso criado, mas se faz necessário e urge para que a educação não venha a se tornar apenas mais um produto, mas seja realmente vista como um direito fundamental.

As informações aqui trazidas, mesmo que sucintas, devem no mínimo nos incentivar a fazer mais provocações e estudos que levem à alguma ação concreta para alterar essa realidade tão pesadosa. Os estudos apresentados nesse artigo apontam para a necessidade urgente de se discutir as condições de trabalho e o impacto delas na saúde física e mental dos profissionais da educação, principalmente os professores. A análise dos resultados levanta importantes discussões sobre a saúde ocupacional e a responsabilidade das instituições de ensino e dos órgãos governamentais.

Uma das principais discussões é que o adoecimento tem raízes estruturais. Muitas vezes é individualizado e atribuído à "fraqueza" ou "incapacidade" do professor, desconsiderando que as condições de trabalho precárias são um fator determinante. Outro ponto necessário à discussão é o aumento da percepção da precarização das relações de trabalho. A privatização crescente, a exigência do aumento do número de alunos por sala, assim como a falta de recursos e a sobrecarga de atividades extracurriculares aumentam o estresse e a insatisfação. A violência no ambiente escolar, seja ela física, psicológica ou simbólica, também surge como um fator de grande impacto na saúde mental dos professores.

A discussão sobre as mortes de professoras em pleno exercício de suas funções é ainda mais delicada. Pode ser a ponta do iceberg de um longo processo de adoecimento silencioso, onde não há espaço para o diálogo e as exigências por resultados sufocam, adoecem e matam.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.html>. Acesso em: 30 maio 2025.

APP-SINDICATO. Mais de 70% dos(as) professores(as) da rede estadual relatam trabalhadores em Educação Pública do Paraná. 3 de ago. de 2023. Disponível em <https://appsindicato.org.br/mais-de-70-dosas-professoras-da-rede-estadual-relatam-adoecimento-pelo-uso-de-plataformas-digitais-revela-pesquisa/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

APP-SINDICATO. Mais de 8,9 mil professores(as) da rede estadual do Paraná foram afastados(as) para tratamento de saúde mental em 2024. Sindicado dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná. 06 de junho de 2025b. Disponível em <https://appsindicato.org.br/mais-de-89-mil-professoras-da-rede-estadual-do-parana-foram-afastadosas-para-tratamento-de-saude-mental-em-2024/#:~:text=As%20duas%20professoras%20que%20morreram,Militar%20Jayme%20Canet%2C%20em%20Curitiba>. Acesso em: 07 jun. 2025.

APP-SINDICATO. Plataformas digitais custam caro e não melhoram o aprendizado dos(as) estudantes, conclui pesquisa. 15 de julho de 2025c. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/plataformas-digitais-custam-caroe-nao-melhoram-o-aprendizado-dosas-estudantes-conclui-pesquisa/>. Acesso em: 29 set. 2025.

APP-SINDICATO. Professor faz curso no leito do hospital porque governo exige frequência de 100% e não aceita atestado médico. Sindicado dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná. 21 de maio de 2025a. Disponível em [https://appsindicato.org.br/desumano-professor-faz-curso-no-leito-do-hospital-porque-governo-exige-frequencia-de-100-e-nao-aceita-atestado-medico/#:~:text=A%20imagem%20de%20um%20professor,quarta%2Dfeira%20\(21\)](https://appsindicato.org.br/desumano-professor-faz-curso-no-leito-do-hospital-porque-governo-exige-frequencia-de-100-e-nao-aceita-atestado-medico/#:~:text=A%20imagem%20de%20um%20professor,quarta%2Dfeira%20(21)). Acesso em: 09 jun. 2025.

APP-SINDICATO. Após cobrança e denúncias da APP-Sindicato, Seed reduz para 75% a exigência de frequência no Formadores em Ação. 02 de julho de 2025d. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/apos-cobranca-e-denuncias-da-app-sindicato-seed-reduz-para-75-a-exigencia-de-frequencia-no-formadores-em-acao/#:~:text=A%20mudan%C3%A7a%20do%20m%C3%A9todo%20foi,avaliativas%20propostas%2C%20quando%20houver%E2%80%9D>. Acesso em: 29 set. 2025.

BASILIO, Ana Luiza. 'Não bateu a meta, tchau', diz Feder sobre a avaliação de diretores da educação de SP. Carta Capital. 15 de agosto de 2025. Disponível em: [https://www.cartacapital.com.br/educacao/nao-bateu-a-meta-tchau-diz-feder-sobre-a-avaliacao-de-diretores-da-educacao-de-sp/?utm\\_medium=email&utm\\_campaign=boletim\\_diario\\_-\\_18082025&utm\\_source=RD+Station#google\\_vignette](https://www.cartacapital.com.br/educacao/nao-bateu-a-meta-tchau-diz-feder-sobre-a-avaliacao-de-diretores-da-educacao-de-sp/?utm_medium=email&utm_campaign=boletim_diario_-_18082025&utm_source=RD+Station#google_vignette). Acesso em: 29 set. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. Capitalismo parasitário. Rio de Janeiro: Zahar: 2010.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. The new spirit of capitalism. New York: Verso, 2007.

BOWDITH, James L.; BUONO, Anthony F. Elementos de comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

CAMPOS, Marlon Freitas de; VIEGAS, Moacir Fernando. Saúde mental e no trabalho docente: um estudo sobre autonomia, intensificação e sobrecarga. Cadernos de Pesquisa, v. 28, n. 2, p. 417–437, 29 Jun 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13270>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CHUBB, John E.; MOE, Terry M. Politics, markets, and the organization of Schools. The American Political Science Review, Vol. 82, No. 4 (Dec., 1988), pp. 1065-1087. Published by: American Political Science Association. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259434078>. Acesso em: 30 jun. 2024.

COSTA, Mário Graça da. et al. Fatores que influenciam o bem-estar e o mal-estar dos alunos e professores: um olhar para seu impacto no processo de ensino e aprendizagem. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - [S. l.], v. 5, n. 1, p. e514832, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4832>. Acesso em: 7 jul. 2025.

DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem organizacional. Vol. 2. São Paulo: Pioneira Thomson, 1992.

EI. Gasto de quase 500 milhões de reais em plataformas não trouxe resultados na rede estadual de SP, diz estudo. Centro de Educação Integral. 07 de julho de 2025. Disponível em: [https://educacaointegral.org.br/reportagens/gasto-de-quase-500-milhoes-de-reais-em-plataformas-nao-trouxe-resultados-na-rede-estadual-de-sp-diz-estudo/#:~:text=%E2%80%9CDo%20ponto%20de%20vista%20dos,de%20S%C3%A3o%20Paulo%20\(Saresp\).](https://educacaointegral.org.br/reportagens/gasto-de-quase-500-milhoes-de-reais-em-plataformas-nao-trouxe-resultados-na-rede-estadual-de-sp-diz-estudo/#:~:text=%E2%80%9CDo%20ponto%20de%20vista%20dos,de%20S%C3%A3o%20Paulo%20(Saresp).) Acesso em: 29 set. 2025.

FERRARI, Elenice A. de Moraes. et al. Plasticidade Neural: Relações com o Comportamento e Abordagens Experimentais. Psicologia: Teoria e Pesquisa Mai-Ago 2001, Vol. 17 n. 2, pp. 187-194. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/ysvrdSJm8fSR5fTsdYjMFXM/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIEDMAN, Milton. Capitalism and freedom. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

FRIEDMAN, Milton. Public schools: make them private. 1995. Disponível em: <https://la.utexas.edu/users/hcleaver/330T/350kPEEFriedmanPrivatizetable.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GIOVANAZ, Daniel. Professora morre durante reunião tensa sobre redistribuição de aulas, em Curitiba. Brasil de Fato. 01 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/01/professora-morre-durante-reuniao-tensa-sobre-redistribuicao-de-aulas-em-curitiba/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

GONÇALVES, Raphaela dos Santos. A síndrome de burnout em professores: sua relação com a satisfação no trabalho, fatores sociodemográficos e organizacionais. 2023. 78 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Saúde) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2023. Disponível em: [https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/67200?locale-attribute=pt\\_BR](https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/67200?locale-attribute=pt_BR). Acesso em: 28 set. 2025.

GUARANY, Alzira Mitz Bernardes. Trabalho docente, carreira doente: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes. Educação Por Escrito. [S. l.], v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <https://puers.emnuvens.com.br/poescrito/article/view/11027>. Acesso em: 28 set. 2025.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMONGI FRANÇA, Ana Cristina. Comportamento organizacional: conceitos e práticas. São Paulo: Saravia, 2006.

MILJENOVIC, Sladana. Work Related Burnout and Classroom Management Style of Primary School Teachers. NORDSCI International Conference (Sofia, Bulgaria, Oct 17-19, 2022). Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED625675>. Acesso em: 07 jul. 2025.

NASCIMENTO, Kelen Braga do. et al. O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. Revista Educação Pública, v. 20, nº 36, 22 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/o-adoecimento-do-professor-da-educacao-basica-no-brasil-apontamentos-da-ultima-decada-de-pesquisas>. Acesso em: 09 jun. 2025.

NWOKO, J. C. et al. A Systematic Review of the Factors That Influence Teachers' Occupational Wellbeing. International journal of environmental research and public health, 2023, 20(12), 6070. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37372657>. Acesso em: 07 jul. 2025.

PARANÁ. Parceiro da Escola. Paraná Educação. Disponível em: <https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/Pagina/Parceiro-da-Escola>. Acesso em: 04 ago. 2024.

PORTAL VERDADE. Em Cambé, professores são proibidos de entrar em escola para participar de reunião com a SEED sobre programa “Parceiro da Escola”. 29 de outubro de 2024. Disponível em: <https://portalverdade.com.br/em-cambe-professores-sao-proibidos-de-entrar-em-escola-para-participar-de-reuniao-com-a-seed-sobre-programa-parceiro-da-escola/>. Acesso em: 31 mai. 2025.

RIBAS, Nathalie Yelena Plucinski Cardoso et al. Adoecimento de professores do ensino básico e fatores associados: uma revisão de literatura. Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v.18, n.3, p. 01-22, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/16116>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SÃO PAULO. Novas Escolas. Secretaria de Parcerias em Investimentos. Disponível em: <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/ppp-educacao-novas-escolas/#:~:text=Na%20%C3%A1rea%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20o,nos%20ensino%20fundamental%20e%20m%C3%A9dio>. Acesso em: 29 set. 2025.

SILVA, Jerto Cardoso da. et.al. Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. *Psicologia Escolar e Educacional*. 2023, v. 27. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-242262>. Acesso em: 09 jun. 2025.

SINDUTE. Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais. Zema desiste de recurso no STF que suspendeu Projeto Somar. Atualizado em 10 abr. 2025. Disponível em: <https://sindutemg.org.br/noticias/zema-desiste-de-recurso-no-stf-que-suspendeu-projeto-somar/>. Acesso em 29 set. 2025.

SOUSA, Edimara Cristina Brito e. et. al. A saúde mental do professor e os impactos que podem ocorrer no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Dossiê I: Alfabetização, letramento e educação especial: perspectivas da inclusão na diversidade cultural. v. 4 n. 16 (2024). Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/22388>. Acesso em: 30 jun. 2025.

VIEIRA, L. C.; FERRARO, D. S. e S. B. Plataformização e precarização da experiência de aprendizagem na educação básica. *Caderno Pedagógico*, [S. l.], v. 22, n. 7, p. e16366, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n7-174. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/16366>. Acesso em: 29 set. 2025.

WAGNER III, John A.; HOLLENBECK, John R. *Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva*. São Paulo: Saraiva, 2002.

WSWS.ORG. Professores denunciam condições intoleráveis nas escolas de São Paulo. *World Socialist Web Site*. 28 março 2025. Disponível em: <https://www.wsws.org/pt/articles/2025/03/28/e191-m28.html>. Acesso em: 09 jun. 2025.

ZAKARIA, Zawawi; DON, Yahya; YAAKOB, Mohd Faiz. Teachers' well-being from the social psychological perspective. *International Journal of Evaluation and Research in Education (IJERE)*. Vol. 10, No. 2, June 2021, pp. 641~647. Disponível em: <https://ijere.iaescore.com/index.php/IJERE/article/view/21115/13156>. Acesso em: 07 jul. 2025.